

ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2016
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Deka May - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini..

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio
Leonel Pavan
Dirce Heiderscheidt

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Anuncia com satisfação a participação no lançamento do programa do Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais, com objetivo de articular, orientar e estimular o processo de planejamento e a organização de ações, contendo as crescentes diferenças sociais e econômicas entre as regiões de Santa Catarina.

Conclui que a extrema pobreza está concentrada mais no meio oeste e que os parceiros iniciais serão o Badesc, BRDE, Fecam, Fiesc e outros.

Deputado Nilso Berlanda (Aparteante) -
Corroboras as palavras da deputada.

Deputado Natalino Lázare (Aparteante) -
Parabeniza a deputada pela manifestação.
[Taquígrafa: Cida]

DEPUTADO DEKA MAY (Orador) - Manifesta preocupação em relação aos idosos, informando que enviou indicações sugerindo a criação de políticas públicas que visem beneficia-los.

Agradece ao presidente e à Casa Legislativa pela organização de sessão especial, realizada em Tubarão, em comemoração aos 146 anos de emancipação do referido município. Agradece aos deputados pelo tratamento recebido no período em que esteve na Casa como deputado suplente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) -
Suspende a sessão até as 16h para a realização da sessão especial de assinatura do termo de cooperação técnica que estabelece ações relacionadas à campanha Adoção Laços de Amor.
[Taquígrafa: Salete]

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0114/2016, de autoria do deputado Dalmo Claro, que denomina Senador Luiz Henrique da Silveira a Escola de Ensino Médio Inovador localizada no bairro Itinga, no município de Araquari.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0160/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, que denomina Luiz Henrique da Silveira o Centro de Eventos de Balneário Camboriú, no município de Balneário Camboriú.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0088/2016, de autoria do deputado João Amin, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Educação, solicitando informações acerca de quantos estudantes são beneficiados anualmente pelo Art. n. 170 e quantos estudam na Unesc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0090/2016, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviada à diretora do Colégio Stella Maris, no município de Laguna, parabenizando-a pelos 105 anos da instituição.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0091/2016, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviada ao presidente da República, em exercício, e demais autoridades, apelando para que seja mantido os recursos já destinados à conclusão das obras do Complexo Portuário de Itajaí e Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0595/2016, de autoria do deputado Antonio Aguiar; 0596/2016, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0597/2016, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0598/2016, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Com relação ao requerimento da bancada do PMDB, que requer, com amparo no Regimento Interno, a devolução ao Poder Estadual no valor de R\$ 100 milhões economizados pelo Poder Legislativo.

Apenas para esclarecimento aos srs. deputados, no que diz respeito ao Regimento Interno, a assessoria da Casa buscou dados e não encontrou nenhum amparo para que fosse requerido dessa forma. Foi encontrado no art. 199, no seu inciso VIII, esclarecimentos sobre atos da administração, e se tiver outra informação dos srs. deputados será uma contribuição à Presidência.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, o requerimento explicitamente pode não ter

encontrado expresso na Constituição uma fundamentação, mas partimos de um pressuposto de decisões várias no Brasil, inclusive no Tribunal de Contas de Santa Catarina, que ao final do ano quando sobra dinheiro ele não pertence ao Poder, ele pertence a um caixa único, ao Tesouro na verdade. E há decisões, e lembro que foi solicitada ao Tribunal de Contas decisão de um caso em Joaçaba, sendo que o deputado Herneus de Nadal foi o relator, e tomou posicionamento dizendo que o Poder Legislativo tem que devolver o dinheiro pelo princípio da universalidade do Orçamento.

Como entendemos, no caso específico, da necessidade da devolução, porque o governador tem se queixado adoidado, dizem que dez uma reunião do colegiado esta semana e quase chorou dizendo que não tinha dinheiro, também deu entrevista na televisão dizendo que a situação está terrível. V.Exa. administrou um pouco melhor, guardou os R\$ 100 milhões. Então, o nosso requerimento é no sentido que o Poder Legislativo devolva o dinheiro para que seja transformado em ações do governo e possamos melhorar o Estado. Vamos racionar por absurdo, se pudéssemos guardar o dinheiro. No final do ano v.exa. ainda presidente, guarda novamente e, no próximo ano o nosso presidente, deputado Aldo Schneider, guarda novamente, e vamos acumulando valores que têm que se passados para o Tesouro. Por isso, o embasamento do requerimento está na Constituição Brasileira, no art. 165.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Deputado Fernando Coruja, apenas estamos dizendo que não encontramos no Regimento amparo para o requerimento, nós enquadrámos em esclarecimentos sobre atos da administração pública, que vem de encontro ao que v.exa. manifesta no conteúdo. Eu estou falando apenas da questão regimental, não estou tratando do conteúdo. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Deputado Valdir Cobalchini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, poderíamos analisar aqui o mérito ou, se for o caso de formular um novo pedido a bancada da PMDB formula um ofício. O deputado presidente desta Casa foi muito eficiente na sua gestão e economizou R\$ 100 milhões. Por outro lado, a última reunião do colegiado aponta que o estado passa, sim, - declarações do secretário da Fazenda e do governador - por momentos difíceis porque não está imune à crise nacional, sob pena de comprometer alguns programas.

Então, entendo que esta Casa, através do presidente, poderia praticar esse gesto de solidariedade, não apenas em favor da pessoa do governador, mas em favor do governo de Santa Catarina, da sociedade catarinense, para que não corramos o risco de termos problemas maiores. Ontem, por exemplo, o deputado Dalmo Claro levantou uma questão muito importante sobre o programa de cirurgias eletivas, dentre outros tantos programas que existem no estado que, com o agravamento da crise, pode ser afetado.

Esperamos que logo o país encontre um caminho que nos leve de volta aos trilhos, mas enquanto isso não ocorre fica aqui a nossa sugestão, através de requerimento, mas poderia ter sido de qualquer outra forma. Nós queremos, sim, que isso seja deliberado pela Mesa e entendemos que nosso pleito é justo e vem ao encontro do momento vivido no estado.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Feito o esclarecimento regimental e recebendo com muita tranquilidade a sugestão do deputado Valdir Cobalchini, da bancada do PMDB, decidimos, para efeito de encaminhamento, enquadrá-la em esclarecimentos sobre ato da administração, o que na prática vem ao encontro ao que coloca o deputado Valdir Cobalchini. *[Taquígrafa: Rubia]*

Com relação a isso, faremos de forma oficial à bancada do PMDB, mas como o respeito e o interesse desta Mesa e também dos senhores deputados é o

mesmo, que é servir bem Santa Catarina, e no caso da Presidência e da Mesa, fazer com zelo a administração desta Casa, alguns fatos têm que ser registrados.

Primeiramente, queria dizer que em 2011 foi a primeira vez na história desta Casa que se fez a devolução de recursos ao governo fruto da economia. Foram R\$ 40 milhões, em 2011, e mais R\$ 40 milhões, em 2012. No ano que passou, fruto de muita cautela, muito esforço de todos os membros da Mesa Diretora, dos funcionários desta Casa, antevendo que teríamos um ano de 2016 muito mais difícil do que naquele momento se previa, fizemos todos os cortes em contratos, processos e pessoal para que pudéssemos atingir a economia que foi feita.

Não fizemos no final do ano passado a devolução dos recursos por uma compreensão clara de que 2016 seria um ano extremamente difícil e que nós teríamos que continuar praticando, como estamos, as mesmas medidas de austeridade, de contenção de gastos, como fizemos ontem aqui quando aprovamos a questão do incentivo à aposentadoria para reduzir o número de servidores efetivos, como fizemos cortando todas as correções de contratos desta Casa no curso deste ano. E não fizemos a devolução por uma questão muito prática e administrativa: nós ainda não temos segurança sobre o orçamento da Casa para o ano de 2016, uma vez que a receita está em queda livre tanto do governo quanto desta Casa.

Tão logo possamos ter absoluta segurança de que vamos fechar o ano sem termos insolvência com relação aos programas e processos, faremos a devolução ao governo e ao caixa único do estado, jamais vinculado a qualquer ação específica, porque não é atribuição desta Casa fazer gestão do recurso do estado, quem o faz é o governo. O procedimento que faremos será o mesmo que tivemos em 2011 e 2012, que é devolvermos o recurso para a Fonte 100 e o governo que tome as providências que entender urgentes e necessárias.

Há também que se fazer um registro. Ontem, ainda, o governo fazia um grande seminário para

promover cortes e despesas nas suas ações de custeio e também ações de governo.

Eu, sinceramente, acredito que há muito gordura para ser cortada no governo, muitas ações que podem ser alteradas e é normal que seja assim, não estou fazendo uma crítica, estou fazendo uma constatação e uma contribuição que dão causa e também fazem justiça, não apenas à Assembleia, mas também aos outros poderes, como é o caso do Tribunal de Justiça, do próprio Tribunal de Contas, citado aqui pelo deputado Fernando Coruja, que também tem e deve ter sobra de caixa, porque se fizeram gestão da mesma forma que nós fizemos aqui, deve ter também sobra de caixa, porque o nosso percentual do duodécimo continua o mesmo. Duodécimo que, aliás, no ano passado, nós tivemos a iniciativa de propor a sua redução e ficamos falando sozinho, não estou falando do ponto de vista pessoal, estou falando de Assembleia como Casa.

Por isso, recebo e defiro o requerimento da bancada do PMDB com a mais absoluta boa intenção da origem e também do propósito. Estamos com a mesma intenção, com o mesmo fato, apenas no meu caso com uma responsabilidade a mais, que é a de termos cumprido todos os compromissos que a Casa assume e tem até o final do ano. Sabemos que os mais difíceis meses não são os de junho, julho e agosto, mas são exatamente os de novembro e dezembro, quando há que se fechar a contas do ano e aí, sim, vai precisar e muito do reforço que terá desta Casa, que espero seja ainda maior do que os R\$ 100 milhões, porque não apenas queremos que permaneça apenas o referido valor aplicado, mas também queremos gerar durante o ano economias a mais que possam levar ajuda efetiva aos programas de governo, seja das cirurgias eletivas, seja na segurança pública, que também passa por muita dificuldade, ou na questão da área social, a exemplo do programa que o deputado Ismael dos Santos trata com muito carinho, que são os abrigos a albergados com tratamento à dependentes químicos.

Enfim, há muitas demandas do governo que estão com dificuldades por questões financeiras, porque a receita está caindo. Agora, a nossa obrigação é fazermos uma gestão fiscal forte, eficiente com redução de gastos e no momento oportuno, informo à bancada do PMDB, que será a primeira a ser informada, que a devolução ocorrerá quando nós tivermos segurança de execução orçamentária desta Casa.

O requerimento fica deferido nesses termos e o que eu falei, agora, de uma forma pessoal, a Mesa fará oficialmente à bancada do PMDB com respeito à iniciativa e ao gesto, que me parece vem ao encontro do interesse de Santa Catarina e do governo.

Muito obrigado, deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Finda a pauta da Ordem do Dia. [Taquígrafa: Sílvia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO (Orador) - Faz menção à sessão especial à assinatura do termo de cooperação técnica que estabelece ações relacionadas à campanha Adoção Laços de Amor, frisando que toda criança tem de viver em família.

Informa que a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente irá realizar seminários no estado para sensibilizar os conselheiros tutelares e os conselhos municipais, reforçando o problema do tráfico de bebês e pretende também divulgar a existência do FIA - Fundo para a Infância e Adolescência - que representa um recurso extra de vários orçamentos municipais do estado.

Conclui agradecendo ao presidente da Assembleia e parabenizando as entidades coirmãs, o amor e a consciência dos catarinenses em resposta aos quesitos sociais pendentes. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Registra, com pesar, o falecimento do ex-prefeito de Capinzal, Hilton Pedro Paggi, que administrou o município no período de 1993 a 1996, ressaltando o empreendedorismo e o grande espírito público que marcaram a sua gestão, deixando para a referida cidade um expressivo legado.

Destaca a presença do magnífico reitor da Udesc, Marcus Tomasi, no Parlamento Catarinense, apresentando o planejamento da sua gestão para os próximos quatro anos.

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para terça-feira da semana subsequente, às 10h, conforme calendário especial. [Taquígrafa: Sara]
[Revisão Final - Taquígrafa: Renata]